



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÉIA
GERÊNCIA DE CPL

Av. Prefeito Rolando Moreira, 198 - Bairro Centro, Brasiléia/AC, CEP 69932-000 - <https://www.brasileia.ac.gov.br/>

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2025
Processo Administrativo nº 057/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Brasiléia, por meio da Comissão de Contratação, sediada à Avenida Prefeito Rolando Moreira, 198, bairro Centro, na cidade de Brasiléia/AC, CEP 69932-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), Decreto Municipal nº 088/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 13/05/2026

Hora Inicial: 09:30h (horário de Brasília)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de equipamentos de informática, tecnologia e comunicação, conforme especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, visando atender às necessidades das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Brasiléia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 1 Lote (CFTV) e 37 (trinta e sete) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 47, 51, 56 e 57 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.1. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4. e 3.9.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4. e 3.9.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- 5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3. ou 5.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor unitário do item. expresso em Reais (R\$)
- 6.1.2. Marca (obrigatório).
- 6.1.3. Fabricante (obrigatório).
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação

adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for

o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre

outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não

estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica

compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções

previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico cpl@brasileia.ac.gov.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail cpl@brasileia.ac.gov.br ou fisicamente na Prefeitura Municipal de Brasília

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico cpl@brasileia.ac.gov.br

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.4. ANEXO IV - Termo de Ciência e concordância

Thaís Batista Monteiro Pontes
Pregoeira

Brasília, 27 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Batista Monteiro Pontes**, Agente de Contratação, em 28/04/2026, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **0000065509** e o código CRC **D04797CA**.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de eventual aquisição de equipamentos de informática, tecnologia e comunicação, e sistema de monitoramento, incluindo instalação, montagem, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	---------------	---------	-----	--------	-------------	-------------

1	DVR digital híbrido 4 canais - Quantidade de canais de vídeo: mínimo 4 canais analógicos com suporte a múltiplos padrões (TVI, AHD, CVI e CVBS), Capacidade de integração com câmeras IP adicionais via protocolo ONVIF, Resolução de gravação: suporte a Full HD 1080p ou superior, Padrão de compressão de vídeo: H.265 ou superior, Saídas de vídeo: HDMI e VGA, Áudio: pelo menos 1 entrada e 1 saída de áudio RCA, Armazenamento: suporte a HD SATA de, no mínimo, 6TB, Conectividade: porta de rede Ethernet (10/100 Mbps ou superior), Recursos: detecção de movimento, gravação programada, acesso remoto via software ou aplicativo móvel, Fonte de alimentação: bivolt automático, Garantia mínima: 12 meses.	465999	Und	20	R\$ 698,46	R\$ 13.969,20
2	DVR híbrido para videomonitoramento – 8 canais - Quantidade de canais: mínimo de 8 canais para câmeras analógicas (compatível com as tecnologias TVI, AHD e CVI), Suporte a câmeras IP adicionais via protocolo ONVIF, Compressão de vídeo: H.265 ou superior, Resolução de gravação: até 1080p em tempo real, Saídas de vídeo: HDMI e VGA, Capacidade de armazenamento: suporte a pelo menos 1 HDD SATA de até 8TB, Suporte a acesso remoto via aplicativo ou navegador, Funções mínimas: detecção de movimento, reprodução de eventos e backup via USB, Compatibilidade com mouse USB para operação, Fonte de alimentação inclusa, bivolt automática, Garantia mínima: 12 meses.	461529	Und	50	R\$ 905,30	R\$ 45.265,00
3	DVR híbrido para videomonitoramento – 16 canais - Quantidade de canais: mínimo de 16 canais para câmeras analógicas (compatível com tecnologias TVI, AHD e CVI), Suporte a câmeras IP adicionais via protocolo ONVIF, Compressão de vídeo: H.265 ou superior, Resolução de gravação: até 1080p em tempo real, Saídas de vídeo: HDMI e VGA, Capacidade de armazenamento: suporte a pelo menos 2 HDD SATA de até 8TB cada, Suporte a acesso remoto via aplicativo ou navegador, Funções mínimas: detecção de movimento, reprodução de eventos e backup via USB, Compatibilidade com mouse USB para operação, Fonte de alimentação inclusa, bivolt automática, Garantia mínima: 12 meses.	636490	Und	10	R\$ 1.792,29	R\$ 17.922,90
4	Câmera de videomonitoramento tipo bullet ou dome - Resolução mínima: 2 megapixels (1920 × 1080p – Full HD), Tipo de câmera: bullet ou dome, Visão noturna por infravermelho (IR) com alcance mínimo de 20 metros, Grau de proteção IP66 ou superior (adequada para uso externo), Padrão de compressão de vídeo: H.265 ou superior, Compatibilidade: protocolo ONVIF, Lente fixa ou varifocal, ângulo mínimo de 80°, Alimentação: PoE (Power over Ethernet) ou 12V DC, Suporte para integração com gravadores de vídeo em rede (NVR), Garantia mínima: 12 meses.	457614	Und	400	R\$ 297,20	R\$ 118.880,00

5	Disco rígido interno para videomonitoramento – 1TB Capacidade mínima: 1TB, Tipo: HDD (Hard Disk Drive) interno, formato 3,5”, Interface de conexão: SATA III (6 Gb/s), Velocidade mínima de rotação: 5.400 RPM, Cache mínimo: 64 MB, Especificação para uso contínuo em videomonitoramento (24x7), Suporte a múltiplos fluxos de gravação simultâneos, Compatível com DVRs, NVRs e sistemas de CFTV digitais, Garantia mínima: 12 meses	394802	Und	30	R\$ 459,53	R\$ 13.785,90
6	Disco rígido interno para videomonitoramento – 2TB Capacidade mínima: 2TB, Tipo: HDD (Hard Disk Drive) interno, formato 3,5”, Interface de conexão: SATA III (6 Gb/s), Velocidade mínima de rotação: 5.400 RPM, Cache mínimo: 64 MB, Especificação para uso contínuo em videomonitoramento (24x7), Suporte a múltiplos fluxos de gravação simultâneos, Compatível com DVRs, NVRs e sistemas de CFTV digitais, Garantia mínima: 12 meses	486471	Und	20	R\$ 590,53	R\$ 11.810,60
7	Disco rígido interno para videomonitoramento – 4TB Capacidade mínima: 4TB, Tipo: HDD (Hard Disk Drive) interno, formato 3,5”, Interface de conexão: SATA III (6 Gb/s), Velocidade mínima de rotação: 5.400 RPM, Cache mínimo: 64 MB, Especificação para uso contínuo em videomonitoramento (24x7), Suporte a múltiplos fluxos de gravação simultâneos, Compatível com DVRs, NVRs e sistemas de CFTV digitais, Garantia mínima: 12 meses	464719	Und	10	R\$ 1.339,87	R\$ 13.398,70
8	Fonte de alimentação tipo colmeia – 12V 20A - Tipo: fonte chaveada (SMPS) ou colmeia, Tensão de saída: 12V DC, Corrente de saída: 20A, Tensão de entrada: bivolt automático (110/220V), Proteção contra curto-circuito, sobrecorrente e sobretensão, Eficiência mínima: compatível com aplicações de videomonitoramento, Temperatura de operação: - 10°C a 50°C, Grau de proteção: IP20 (ou equivalente, para uso interno), Conectores de saída compatíveis com cabos de alimentação dos equipamentos, Garantia mínima: 12 meses.	428039	Und	50	R\$ 208,61	R\$ 10.430,50
9	Conector P4 para alimentação de equipamentos - Tipo: Conector P4 (Molex 4 pinos) para alimentação de dispositivos eletrônicos, Corrente suportada: mínima de 5A, Tensão suportada: 12V DC, Material condutor: cobre ou liga equivalente, com revestimento anticorrosivo, Isolamento: material plástico resistente a temperaturas de até 105°C.	399894	Und	800	R\$ 3,68	R\$ 2.944,00
10	Conector BNC para transmissão de vídeo - Tipo: conector BNC (Bayonet Neill–Concelman) para cabo coaxial, Compatibilidade: cabo coaxial RG59 ou equivalente, Material condutor: cobre ou liga equivalente, com revestimento anticorrosivo, Isolamento: plástico ou material resistente a altas temperaturas, Acabamento: solda ou compressão, conforme necessidade da instalação, Conector para uso em sistemas de videomonitoramento (CFTV).	382942	Und	800	R\$ 19,34	R\$ 15.472,00

11	Caixa de passagem plástica para instalação elétrica – IP55 - Material: plástico resistente a impactos e intempéries, Grau de proteção: mínimo IP55 (proteção contra poeira e jatos de água), Dimensões: compatíveis com passagem de cabos elétricos e de rede (especificar dimensões em mm), Capacidade de acomodação de cabos e conexões elétricas ou de rede, Tampa removível com fixação segura (parafusos ou travas), Possibilidade de fixação em parede ou superfície plana, Resistência térmica: adequada para uso em ambientes internos e externos, Compatibilidade com conduítes, eletrodutos ou canaletas utilizadas na instalação.	628796	Und	400	R\$ 11,83	R\$ 4.732,00
12	Nobreak 700VA – Bivolt - Potência nominal: 700VA / 420W (mínimo), Tensão de entrada: bivolt automático (110/220V), Tensão de saída estabilizada: 110/220V (compatível com equipamentos conectados), Autonomia mínima: 5 a 10 minutos em carga total, para desligamento seguro de equipamentos, Tipo de onda de saída: senoidal aproximada ou pura, Proteção contra sobrecarga, curto-circuito e picos de tensão, Conectores de saída compatíveis com tomadas padrão (ex.: NBR 14136), Indicação luminosa e/ou sonora do status de operação e bateria, Possibilidade de recarga automática da bateria, Garantia mínima: 12 meses	477080	Und	80	R\$ 684,41	R\$ 54.752,80
13	Rack para equipamentos de videomonitoramento – 5U Tipo: rack em formato vertical (torre), altura 5U, Estrutura metálica resistente, com pintura eletrostática ou similar, Dimensões compatíveis com padrão 19 polegadas para equipamentos de rede e CFTV, Possuir suporte para montagem de DVRs, NVRs, switches e fontes de alimentação, Porta frontal com sistema de travamento ou fechadura para segurança, Ventilação adequada (aberta ou com grelha perfurada), Suporte para passagem e organização de cabos interno, Base estável, podendo ser fixa ou com pés ajustáveis.	628166	Und	50	R\$ 464,93	R\$ 23.246,50
14	Rack para equipamentos de videomonitoramento – 12U - Tipo: rack vertical (torre), altura 12U, Estrutura metálica resistente, com pintura eletrostática ou similar, Dimensões compatíveis com padrão 19 polegadas para montagem de DVRs, fontes, nobreaks e outros equipamentos de CFTV, Porta frontal com sistema de travamento ou fechadura para segurança, Ventilação adequada (aberta, grelha perfurada ou com possibilidade de instalação de ventiladores), Suporte para passagem e organização de cabos internos, Base estável, podendo ser fixa ou com pés ajustáveis, Capacidade de acomodar DVRs, fontes, nobreaks e acessórios relacionados	635029	und	5	R\$ 862,32	R\$ 4.311,60

15	Cabo de rede CAT5e para videomonitoramento - Tipo: cabo de par trançado, categoria 5e (CAT5e), Função: transmissão de vídeo via balun e dados em rede IP, Composição: 4 pares trançados, condutor de cobre puro (CCA não permitido), Blindagem: UTP ou STP, conforme necessidade da instalação, Conectores compatíveis: RJ45, Tensão de operação: 300V, Temperatura de operação: -20°C a 60°C, Comprimento conforme projeto (especificar em metros), Aplicação: adequado para transmissão de sinais de vídeo e dados em sistemas de CFTV e redes de dados.	631142	M	1200	R\$ 3,67	R\$ 4.404,00
16	Par de vídeo baluns para câmeras de videomonitoramento - Tipo: par passivo de vídeo baluns para transmissão de sinal analógico ou IP via cabo de par trançado (CAT5e ou equivalente), Aplicação: um balun no transmissor (câmera) e outro no receptor (DVR/NVR), Compatibilidade: câmeras analógicas HD (TVI/AHD/CVI) ou compatível com transmissão de vídeo via cabo de par trançado, Faixa de frequência: compatível com transmissão de vídeo HD em distâncias de até 300 metros, Conector: BNC macho/fêmea ou terminal compatível com instalação padrão, Isolamento elétrico para proteção contra interferências.	614983	Und	800	R\$ 35,80	R\$ 28.640,00
17	Câmera de videomonitoramento IP - Resolução mínima: 4 megapixels (2688 × 1520p), Padrão de compressão: H.265 ou superior, Conectividade: rede IP, com suporte a protocolo ONVIF, Lente fixa ou varifocal, com ângulo mínimo de 80°, Alcance de visão noturna por infravermelho de pelo menos 20 metros, Capacidade de gravação em tempo real em Full HD (1080p), Suporte para armazenamento em nuvem ou cartão microSD (mínimo 128GB), Alimentação: PoE (Power over Ethernet) ou 12V DC, Grau de proteção: IP66 ou superior (para ambientes externos).	473695	Und	20	R\$ 692,12	R\$ 13.842,40
18	Câmera de videomonitoramento IP com áudio , Resolução mínima: 2 megapixels (1920 × 1080p – Full HD), Função de captura de áudio integrada (microfone embutido), Padrão de compressão de vídeo: H.265 ou superior, Conectividade: rede IP, com suporte a protocolo ONVIF, Visão noturna por infravermelho com alcance mínimo de 20 metros, Lente fixa ou varifocal, com ângulo de visão mínimo de 80°, Suporte para armazenamento local em cartão microSD (mínimo 128GB), Alimentação: PoE (Power over Ethernet) ou 12V DC, Grau de proteção IP66 ou superior (para uso externo), Compatibilidade com sistemas de videomonitoramento NVR, Garantia mínima: 12 meses.	473695	Und	10	R\$ 678,72	R\$ 6.787,20

19	Câmera de videomonitoramento IP - Resolução mínima: 4 megapixels (2688 × 1520p) – Full HD, Padrão de compressão de vídeo: H.265 ou superior, Conectividade: rede IP, com suporte ao protocolo ONVIF, Lente fixa ou varifocal, ângulo de visão mínimo de 80°, Função de visão noturna por infravermelho com alcance mínimo de 20 metros , Microfone embutido para captura de áudio ambiente, Suporte a gravação em NVR e/ou cartão microSD (mínimo 128GB), Alimentação: PoE (Power over Ethernet) ou 12V DC, Grau de proteção IP66 ou superior (uso externo), Compatibilidade com sistemas de videomonitoramento já existentes na Administração, Garantia mínima: 12 meses	473695	Und	10	R\$ 726,52	R\$ 7.265,20
20	Serviço de instalação, configuração e montagem de câmeras de videomonitoramento - Execução da montagem física das câmeras (tipo bullet ou dome) em suportes, paredes, tetos ou estruturas existentes, Instalação e fixação de cabos de alimentação (P4, fontes, nobreak) e cabos de transmissão de vídeo/dados (CAT5e, BNC), Conexão das câmeras aos DVRs/NVRs, incluindo pares de vídeo baluns quando necessário, Configuração de câmeras e DVR/NVR, incluindo ajustes de resolução, ângulo de visão, foco, detecção de movimento e gravação, Testes funcionais de cada câmera e do sistema integrado, garantindo operação plena, Organização e fixação dos cabos, evitando interferências, tensão ou risco de dano, Treinamento básico do usuário final sobre operação do sistema, Garantia mínima de 12 meses sobre mão de obra executada.	22977	SV	400	R\$ 900,46	R\$ 360.184,00
Valor Total LOTE 1					R\$ 772.044,50	
ITENS (MENOR PREÇO POR ITEM)						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT	UND	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
21	SISTEMA DE DOIS MICROFONES SEM FIO COM RECEPTOR DE CANAL DUPLO - Tipo de montagem: sobre a mesa; Fonte de alimentação: Alimentado por pilha; Tipo de conector: USB; Material: Plástico; Número de canais: 2; Número de canais: 2; Entrada de áudio: 6,3 mm não balanceado; Peças para montagem: Cartão de garantia, QSG, folha de segurança, 1 cabo USB-C, 1 receptor sem fio, 2 microfones sem fio; Responsividade do som: 100 dB; Formato do microfone: Sistema de microfone; Composição da pilha ou bateria: Polímero de lítio; Bateria recarregável: Sim; Conexões: Sem fio. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	612281	Kit	7	R\$ 2.308,94	R\$ 16.162,58

22	MICROFONE DIRECIONAL - Formatos de microfone: Shotgun; Tipos de microfone: Condensador de eletreto de gradiente de pressão; Padrões polares: Supercardióide; Sensibilidade: -35 Db; CONECTIVIDADE: Sensibilidade: -35 Db; Tipos de conexões: TRS, USB; Conectores de saída: Jack 3.5 mm; FREQUÊNCIA: Máxima e Mínima: 100 Hz - 16 kHz; Para uso em câmeras fotográficas. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	612281	Unidade	4	R\$ 1.516,32	R\$ 6.065,28
23	MICROFONE DE LAPELA - Compacto, sem fio, com dois transmissores e um receptor; Tecnologia digital de 2,4 GHz para conexão confiável e estável; Alcance de Transmissão: Aproximadamente 300 metros em área aberta (sem obstáculos); Captação de Áudio: Microfone omnidirecional, oferecendo ampla cobertura sonora; Qualidade Sonora: Resolução de áudio em alta fidelidade, minimizando ruídos e distorções; Deve funcionar com câmeras, computadores, smartphones e outros dispositivos com entrada de áudio compatível; Autonomia mínima de 10 horas; Conexão: Plug-and-play. Kit para duas pessoas. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	404420	Kit	11	R\$ 1.560,76	R\$ 17.168,36
24	CÂMERA DIGITAL COM LENTE OBJETIVA - Tipo de produto: DSLR; Tamanho da tela: 3 polegadas LCD; Estabilização de Imagem: Ótico; Características especiais: Live View; Distância focal: 5.5 centímetros; Tipo de visor: Eletrônico; Tecnologia de conexão: Bluetooth, Wi-Fi; Tipo de pilha ou bateria: Íon-lítio; Resolução de vídeo: 1280p; Aparelhos compatíveis: [PT] Computadores, smartphones, tablets, dispositivos de armazenamento externos compatíveis com a memória flash SDHC, impressoras e televisores com suporte à conexão Wi-Fi e Bluetooth; Fonte de alimentação: Bateria; Design da lente: Fixo; Foco da lente: Automático; Distância focal fixa: 50 millimeters; Iten Inclusos: 1 câmera fotográfica digital, 1 lente de 18-55mm, 1 moldura ocular eyecup EF, 1 tampa da câmara, 1 alça de pescoço, 1 carregador de baterias (com tampa da bateria), 1 bateria recarregável, 1 cabo de alimentação. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	621512	Kit	4	R\$ 7.626,48	R\$ 30.505,92

25	CAGE GAIOLA ESTABILIZADORA METAL - Material: Alumínio; Peso aproximado: 245g; Aparelhos Suportados: Qualquer aparelho entre 13cm e 16,5cm de comprimento; ACOMPANHA: 1x Cage para Celular, 2x Alças. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	633096	Unidade	9	R\$ 782,34	R\$ 7.041,06
26	VEÍCULO AÉREO NÃO TRIPULADO (DRONE) - Cor: Cinza, Material: Plástico, Tipo de controle: remoto com tela, Peso do produto: 860g, Nível de usuário de drone: intermediário, Versão: Standard, Tempo máximo de voo: Acima de 31min e até 34min, Compatibilidade com controlador: Controle remoto incluso, Tecnologia de conexão: HDMI, Entrada de cartão de memória: SD, Tipo de pilha ou bateria: Íon-lítio, Resolução de vídeo: 1080p, Fonte de alimentação: Cabo tipo C, Baterias: 02. Acessórios incluídos: Mínimo de 2 hélices de reposição, 6 parafusos, 1 chave de fenda, 1 protetor de Gimbal, 1 suporte de hélice, 1 cabo PD tipo C para tipo C. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	631113	Kit	1	R\$ 14.383,41	R\$ 14.383,41

27	<p>AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (RPA) DE CLASSE 3 PARA EMPREGO EM ATIVIDADES TÉCNICAS E DE MONITORAMENTO AÉREO Descrição Técnica Mínima: Aeronave remotamente pilotada (RPA), categoria Classe 3 (até 25 kg), com decolagem vertical, projetada para aplicações técnicas, operacionais, de inspeção e monitoramento aéreo em áreas urbanas e rurais. Deve atender aos seguintes requisitos mínimos: Estrutura e Operação: Peso máximo de decolagem: até 1.000 g; Alcance operacional mínimo: 10 km (linha de visada); Tempo de voo contínuo: mínimo de 40 minutos com carga padrão; Sistema de posicionamento: GNSS (mínimo GPS + GLONASS), com capacidade de posicionamento RTK ou compatibilidade futura com módulo RTK externo; Estabilização de voo: sistema de múltiplos sensores inerciais e barométricos; Velocidade máxima horizontal: mínima de 50 km/h; Resistência a vento: no mínimo 12 m/s; Mecanismo de retorno automático ao ponto de decolagem em caso de perda de sinal. Sensores e Câmeras: Câmera com sensor de imagem CMOS de no mínimo 20 MP; Capacidade de zoom híbrido de pelo menos 56× (digital + óptico); Estabilização de imagem por gimbal mecânico de 3 eixos; Captação de vídeo em 4K a 30fps ou superior; Modo noturno ou otimização para operação em baixa luminosidade. Controle e Comunicação: Controlador remoto com tela integrada ou compatível com dispositivo móvel para visualização em tempo real; Transmissão de vídeo ao vivo em tempo real (low-latency), com qualidade mínima de 1080p; Frequência de operação: 2.4 GHz e/ou 5.8 GHz com comutação automática; Sistema de comunicação criptografado ou com proteção contra interferências externas. Recursos de Segurança: Sistema anticolisão com sensores omnidirecionais (mínimo frontal, traseiro, inferior e superior); Função de voo estacionário (hover) assistida por sensores de precisão; Modos de voo automatizados para missões programadas (ex: waypoint, órbita, mapeamento); Registro homologado junto à ANATEL e compatibilidade com regulamentação da ANAC e DECEA. Software e Aplicações: Aplicativo de controle compatível com sistemas Android e iOS, com recursos de planejamento de voo e execução autônoma de rotas; Possibilidade de exportação de dados georreferenciados (ex: imagens com metadata de GPS); Atualização de firmware e software via internet (OTA). Acessórios Incluídos: Mínimo de 02 baterias inteligentes recarregáveis; Carregador compatível com rede elétrica nacional (100-240V); Maleta ou case rígido para transporte seguro; Hélices reservas (mínimo 1 par); Documentação técnica e manual de operação em português. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	483052	Und	1	R\$ 43.656,96	R\$ 43.656,96
----	--	--------	-----	---	---------------	---------------

28	<p>PROJETOR MULTIMÍDIA - Tecnologia de projeção: sistema com 3 chips LCD (3LCD) ou tecnologia DLP de alta qualidade, com performance equivalente em reprodução de cores e brilho; Brilho mínimo: 3.300 lumens em luz branca e luz colorida; Resolução nativa: XGA (1024 x 768 pixels); Formato de imagem: 4:3 (nativo), com suporte a redimensionamento para formatos widescreen; Contraste: mínimo de 15.000:1; Ajustes de projeção: correção Keystone automática vertical de pelo menos $\pm 30^\circ$ e ajuste horizontal manual ou deslizante com alcance similar; Zoom: digital ou óptico, com variação mínima entre 1,0x e 1,35x; Lâmpada: potência mínima de 200 W, com vida útil mínima de 10.000 horas em modo econômico; Alto-falante integrado com potência mínima de 5 W; Conectividade: no mínimo uma entrada HDMI e porta USB compatível com função Plug and Play para computadores (Windows e Mac); Alcance de projeção: capacidade de projetar imagem com tamanho entre 30" e 350" e distância compatível, aproximada entre 0,7 m e 10 m; consumo energético: máximo de 350 W em operação e modo espera inferior a 3 W; Compatibilidade: operar em faixa de tensão entre 100 e 240 V, 50/60 Hz; Itens inclusos: projetor, cabo de energia, cabo HDMI com comprimento mínimo de 1,5 m, controle remoto com pilhas, manual de instalação, e garantia mínima conforme legislação vigente. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	603953	Und	62	R\$ 4.721,93	R\$ 292.759,66
29	<p>TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL COM TRIPE - 100" - Dimensões aproximadas: (2,03x1,52m) Polegadas 100" (4:3) e 92"(16:9), Cor das bordas preta, Cor da area de projeção: Branca, Cor do produto: Preto, Tecido tipo mate white(verso preto). Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	341651	Und	62	R\$ 1.791,65	R\$ 111.082,30
30	<p>WEBCAM ULTRA HD 4K - Resolução máxima de vídeo: 4096 x 2160., Interface: USB 3.0, Funciona com Windows 10 ou superior, Adequada para notebook, Compatível com Webex., Sensor de imagem Chromebook, Microfone integrado, lente 5P e zoom 4x, Foco automático, Sistemas operacionais mínimos requeridos: Windows 10 ou superior, macOS 10.15 ou superior, ChromeOS, Linux. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	608702	Und	6	R\$ 1.736,02	R\$ 10.416,12

31	<p>TELEVISÃO SMART 43" UHD 4K - Tamanho da tela 43", Tecnologia do visor, Resolução 4k (3,840 x 2,160), Taxa de atualização da tela: no mínimo 60 Hz; Conectividade: Bluetooth, wireless, USB, HDMI; Componentes Incluídos: Power cable, Remote Control, Stand, Certificações: Selo PROCEL: A. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	479242	Und	21	R\$ 2.213,09	R\$ 46.474,89
32	<p>Televisor Smart 4K 65" - Tamanho da tela: 65 polegadas (medida diagonal); Resolução: Ultra HD 4K (3840 x 2160 pixels); Conectividade sem fio: Wi-Fi integrado e Bluetooth (versão 4.0 ou superior); Assistente virtual integrado: compatível com pelo menos um assistente virtual (como Alexa, Google Assistente, Bixby ou equivalente); Conexões físicas mínimas: 3 portas HDMI; 1 entrada para antena; 1 porta Ethernet (LAN); Tipo de painel: tecnologia VA, IPS ou superior; Tipo de display: Tecnologia de display com aprimoramento de cores baseado em pontos quânticos ou equivalente; Suporte a tecnologias de imagem: compatível com HDR (High Dynamic Range), incluindo ao menos HDR10 ou HLG; Taxa de atualização da tela: no mínimo 60 Hz; Sistema operacional: Sistema operacional com suporte nativo a aplicativos de streaming populares, loja de aplicativos própria ou compatível, e assistente de voz integrado.; Eficiência energética: classificação A no selo Procel; Potência sonora: no mínimo 20W RMS (total); Voltagem: bivolt automático (110V/220V); Processador de imagem: com capacidade de: Realizar upscaling de conteúdos para resolução 4K com melhoria de nitidez e redução de ruído; Ajuste automático de brilho, contraste e cor por cena; Mapeamento de cores com ampla gama cromática; Proporcionar resposta rápida na navegação e no uso de aplicativos Smart; Controle remoto: com navegação simplificada e acesso a assistente de voz e aplicativos de streaming. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	458905	Und	26	R\$ 4.925,71	R\$ 128.068,46

33	<p>Televisor Smart 4K 85" - Tamanho da tela: 85 polegadas (medida diagonal); Resolução: Ultra HD 4K (3840 x 2160 pixels); Conectividade sem fio: Wi-Fi integrado e Bluetooth (versão 4.0 ou superior); Assistente virtual integrado: compatível com pelo menos um assistente virtual (como Alexa, Google Assistente, Bixby ou equivalente); Conexões físicas mínimas: 3 portas HDMI; 1 entrada para antena; 1 porta Ethernet (LAN); Tipo de painel: tecnologia VA, IPS ou superior; Tipo de display: Tecnologia de display com aprimoramento de cores baseado em pontos quânticos ou equivalente; Suporte a tecnologias de imagem: compatível com HDR (High Dynamic Range), incluindo ao menos HDR10 ou HLG; Taxa de atualização da tela: no mínimo 120 Hz; Sistema operacional: Sistema operacional com suporte nativo a aplicativos de streaming populares, loja de aplicativos própria ou compatível, e assistente de voz integrado. Eficiência energética: classificação A no selo Procel; Potência sonora: no mínimo 20W RMS (total) ;] Autôfalantes: com suporte a Som Surround, Dolby Atmos; Voltagem: bivolt automático (110V/220V); Processador de imagem com capacidade de: Realizar upscaling de conteúdos para resolução 4K com melhoria de nitidez e redução de ruído; Ajuste automático de brilho, contraste e cor por cena; Mapeamento de cores com ampla gama cromática; Proporcionar resposta rápida na navegação e no uso de aplicativos Smart; Controle remoto: Controle remoto com teclas dedicadas para navegação entre aplicativos de streaming e acesso a assistente de voz. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	460902	Und	1	R\$ 13.218,70	R\$ 13.218,70
34	<p>TELEFONE SEM FIO - Tipo de discador: Teclado Único, Material: Plástico, Sistema de atendimento: Digital, Fonte de alimentação: Energia Elétrica, Cor: Branco, Número de baterias: 1 9V baterias necessárias. (inclusas), Capacidade: Até 7 ramais (base + 6 ramais. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	438948	Und	51	R\$ 324,07	R\$ 16.527,57

35	KIT 2 RÁDIO WALK TALK COMUNICADOR - Voltagem:127, - CTCSS / CDCSS, - Tecnologia de redução de ruído, - 16 canais, - Função VOX, - Prompt de voz, - Programação para PC, - Alarme de emergência, - Carregador de mesa, - Economia de bateria, - Alerta de baixa tensão, - Temporizador de tempo limite, - Lanterna, TRANSMISSOR: Saída de potência RF <5W, Modulação F3E, Emissão espúria < - 65dB, Ruído FM <- 45dB (W) / <-40dB (N), Distorção de áudio < -5%, Corrente de transmissão < - 1.3ª, Itens Inclusos: 2x Rádios Walk Talk, 2x Fones de ouvido PTT, 2x Carregadores de mesa, 2x Baterias recarregáveis, 2x Clipes de cintura, 2x Antenas, 2x Alça de mão, 1x Manual do Usuário. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	344295	Cnjt	35	R\$ 577,38	R\$ 20.208,30
36	CAIXA DE SOM PORTÁTIL BLUETOOTH 200 WATTS - Tipo de montagem: Suporte de mesa, Tipo de alto-falante: Caixa de Som Portátil, Características especiais: Bluetooth, Microfone integrado, Show de luzes, Adequação do controle por rádio, Uso Portátil, Smartphones ou Tablets, Dispositivos compatíveis: Notebook, Tablet, Smartphone, Duração da bateria: 18 Horas, Componentes incluídos: Alto-falante, Adaptador de energia para recarga da bateria, Microfone sem fio, Manual do usuário, Dimensões do produto: 31,5P x 26,5L x 39,6A centímetros / Peso do produto 7,9 Quilogramas, Tipo de fonte de energia: AC, Baterias incluídas / Composição da pilha ou bateria Íon-lítio, Bateria recarregável. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	622157	Und	22	R\$ 4.576,81	R\$ 100.689,82
37	CAIXA DE SOM BLUETOOTH, 800 WATTS RMS, LUZES INTEGRADAS E DESIGN À PROVA DE RESPINGOS - Potência máxima de saída dos alto-falantes: 800 watss, Resposta de frequência: 35HZ, Tecnologia de conectividade: RCA, Bluetooth, Wi-Fi, USB, Modo de saída de áudio: Stereo, Tipo de alto-falante: Woofer, Conectividade do alto-falante: Sem fio, Tensão de entrada: 240 Volts, Montagem no chão, Diâmetro do subwoofer: 8 Polegadas. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	630728	Und	15	R\$ 4.914,95	R\$ 73.724,25
38	SUPORTE DE MESA ARTICULADO PARA MONITOR E NOTEBOOK - Capacidade: suporta até 9 kg; monitor de 13"-32"; Notebook de 10" a 15,6", Fácil instalação, Ergonômico e confortável, Fixação por morça ou furação. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	628629	Und	59	R\$ 347,06	R\$ 20.476,54

39	BASE COOLER VERTICAL PARA NOTEBOOK - Compatibilidade: Notebooks de 9" a 17", - Led: Azul, - Excelente Estabilidade, - Quantidade de ventiladores:1, - Placa Antiderrapante, - Formato Ergonômico, - Design dobrável e exclusivo, - Plug and Play, - Tamanho: 26 Cm (Altura) x 36 Cm (Largura). Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	484079	Und	51	R\$ 131,86	R\$ 6.724,86
40	CANCELADO					
41	SERVIDOR TORRE de Alto Desempenho, com arquitetura x86, projetado para aplicações empresariais e operacionais de médio a alto desempenho. Processador: Mínimo de 01 (um) processador com: Arquitetura de 64 bits, Pelo menos 12 (doze) núcleos físicos e 24 (vinte e quatro) threads, Frequência base mínima de 2.0 GHz, Cache mínimo de 30 MB, Suporte a tecnologias de virtualização, multithread (HT) e turbo boost, Compatível com memória DDR5 Memória RAM: Mínimo de 32 GB (2 x 16 GB), Tecnologia DDR5, frequência mínima de 4800 MT/s, Tipo RDIMM, ECC, Expansível para, no mínimo, 512 GB Controladora RAID: Controladora dedicada com suporte a RAID 0, 1, 5 e 10, Com cache interno Compatível com 2 ou mais unidades de armazenamento SATA ou SSD Armazenamento: Mínimo de 2 TB de capacidade total, Em unidade SSD ou HDD SATA III, Velocidade mínima de 7.2K RPM (caso HDD), Formato hot-plug de 3,5" ou compatível Fonte de Alimentação: Fonte de alimentação única (non-redundante), Potência mínima de 800W Com suporte a operação em modo misto (mixed mode) Hot-plug Rede: Mínimo de 2 portas integradas de 1Gbps, Controladora onboard compatível com redes Ethernet padrão Sistema Operacional: Licença do Windows Server® 2022 Essentials, Instalação de fábrica Versão com suporte para até 10 núcleos, Kit de mídia (recuperação digital ou físico) Outros Componentes e Acessórios: Unidade óptica interna DVD+/-RW SATA, Teclado e mouse sem fio, padrão ABNT2 (Português Brasil), conexão USB, BIOS compatível com UEFI, com suporte a partições GPT. Os itens mouse e teclado (sem fio com pilhas inclusas) e monitor devem ser de marca igual à da CPU.Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	480090	Unidade	2	R\$ 53.319,76	R\$ 106.639,52

42	<p>NOTEBOOK - Processador: Intel Core i7 de 13ª geração ou AMD Ryzen 7 equivalente Memória RAM: Mínimo de 16GB DDR5, expansível Armazenamento: SSD de 512GB ou superior Tela: 15,6 polegadas, resolução Full HD (1920x1080) Placa gráfica: Dedicada equivalente ou superior a NVIDIA® GeForce® RTX™ 3050, 6GB GDDR6; Conectividade: Wi-Fi 6, Bluetooth 5.0, Ethernet, PORTAS - 1 porta Ethernet RJ45, 3 portas USB 3.2 de 1ª geração, 1 porta HDMI 2.1, 1 porta USB-C 3.2 de 2ª geração com DisplayPort™ Bateria: Bateria de 3 células e 56 Wh; Sistema operacional: Windows 11 Pro ou equivalente Teclado: ABNT2, retroiluminado Webcam: HD 720p com microfone integrado; touchpad de precisão. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	626072	Unidade	44	R\$ 11.668,69	R\$ 513.422,36
43	<p>NOTEBOOK - Processador: Intel Core i7 de 13ª geração ou AMD Ryzen 7 equivalente Memória RAM: Mínimo de 16GB DDR4, expansível Armazenamento: SSD de 512GB ou superior Tela: 15,6 polegadas, resolução Full HD (1920x1080) 60 hz ou superior; Placa gráfica: Integrada (Intel Iris Xe ou equivalente) Conectividade: Wi-Fi 6, Bluetooth 5.0, Ethernet, PORTAS - 1 Porta HDMI 1.4, 1 porta USB 3.2 Type-A de 1ª geração, 1 porta USB 3.2 Type-C de 1ª geração (apenas dados), 1 porta USB 2.0 Type A, 1 Conector de headset, 1 Tomada de energia; Bateria: 4 células 54Wh; Sistema operacional: Windows 11 Pro ou equivalente Teclado: ABNT2, retroiluminado (opcional) Webcam: HD 720p com microfone integrado Peso aproximado: de 1,8 kg. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	626072	Unidade	125	R\$ 7.237,47	R\$ 904.683,75
44	<p>MICROCOMPUTADOR - Processador: Intel® Core™ i5 de 12ª geração ou AMD Ryzen 7 ou equivalente; Sistema Operacional: Windows 11 Pro ou equivalente; Memória RAM: 16 GB DDR5, 4800 MT/s, expansível; Armazenamento: 512GB SSD ou superior; Gabinete compacto tipo micro ou equivalente; Monitor: tamanho mínimo de 24 polegadas, resolução Full HD (1920x1080); Teclado e mouse sem fio (com pilhas inclusas); Conectividade: O equipamento deverá dispor, no mínimo, dos seguintes recursos: Wi-Fi 6, Bluetooth 5.0, Ethernet, portas USB 3.2, USB-C, HDMI; Os itens monitor, mouse e teclado devem ser de marca igual ao do gabinete; Garantia legal de 90 dias + garantia contratual de 12 meses on-site; Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	630955	Unidade	100	R\$ 8.433,43	R\$ 843.343,00

45	<p>MICROCOMPUTADOR - Processador: Intel Core i7 de 12ª geração ou AMD Ryzen 7 ou equivalente; Sistema Operacional: Windows 11 Pro ou equivalente; Memória RAM: 16 GB DDR5, frequência mínima de 5600 MT/s, em um único módulo, expansível; Armazenamento: SSD NVMe M.2 de 512GB ou superior; Gabinete compacto tipo micro ou equivalente; Tela: tamanho mínimo de 24 polegadas, resolução Full HD (1920x1080); Teclado e mouse sem fio (com pilhas inclusas); Conectividade: O equipamento deverá dispor, no mínimo, dos seguintes recursos: Wi-Fi 6, Bluetooth 5.0, Ethernet, portas USB 3.2, USB-C, HDMI; Os itens monitor, mouse e teclado devem ser de marca igual ao do gabinete; Garantia legal de 90 dias + garantia contratual de 12 meses on-site; Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	630955	Unidade	70	R\$ 8.438,11	R\$ 590.667,70
46	<p>COMPUTADOR DE MESA Processador: Intel Core i7 de 14ª geração ou AMD Ryzen 7 equivalente; Memória RAM de no Mínimo de 16GB DDR4, expansível; Armazenamento: SSD NVMe M.2 de 512GB ou superior; Tela igual ou superior a 24 polegadas, resolução Full HD (1920x1080); Placa gráfica:Dedicada de no mínimo 8gb. Conectividade: Wi-Fi 6, Bluetooth 5.0, Ethernet, portas USB 3.2, USB-C, HDMI; Sistema operacional: Windows 10 Pro ou equivalente; teclado e mouse sem fio (com pilhas inclusas); adicionais: Leitor de cartão SD, leitor de impressões digitais (opcional), touchpad de precisão.Os itens mouse, teclado (sem fio com pilhas inclusas) e monitor devem ser de marca igual à da CPU. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	630955	Unidade	56	R\$ 8.009,41	R\$ 448.526,96
47	<p>COMPUTADOR ESTAÇÃO DE TRABALHO Processador: Intel Core i9 14ª geração ou Xeon com pelo menos 24 núcleos / 32 threads; Memória: DDR5, 64 GB ou mais, idealmente com slots para expansão; Armazenamento: SSD NVMe PCIe M.2, 1 TB ou superior, possibilidade de SSD secundário Placa de vídeo: Nvidia RTX profissional (série 2000, 3000 ou A-series para estações de trabalho) Sistema Operacional: Windows 11 Pro Conectividade: Wi-Fi 6E, Bluetooth Fonte: Fonte de alimentação robusta (mínimo 1000W, preferencialmente certificação 80 Plus Platinum) Extras: TPM, sistema de refrigeração eficiente, monitor UHD 4K pode ser adquirido separadamente Acompanhando Monitor 27", mouse e teclado sem fio. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	630955	Unidade	2	R\$ 12.889,58	R\$ 25.779,16

48	MONITOR PLANO DE 27" - Tela IPS com retroiluminação LED ou equivalente; tamanho da tela de 27 polegadas; tipo de tela plana; resolução nativa Full HD (1920 x 1080 pixels); taxa de atualização mínima de 75 Hz; revestimento antirreflexo; ajustes ergonômicos com, no mínimo, inclinação, admitidos ajustes adicionais de altura, rotação (pivot) e giro lateral; conectividade com, no mínimo, 1 porta HDMI 1.4 ou superior e/ou 1 porta DisplayPort 1.2 ou superior, admitidas portas adicionais, inclusive VGA e USB; itens inclusos: cabo de alimentação e cabo compatível com a conexão de vídeo ofertada. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	478639	Unidade	69	R\$ 2.772,90	R\$ 191.330,10
49	MONITOR PLANO DE 24" - Tela com tecnologia IPS e retroiluminação LED; tamanho de 24 polegadas; formato plano; resolução nativa Full HD (1920 x 1080 pixels); taxa de atualização de aproximadamente 100 Hz; revestimento antirreflexo; ajustes ergonômicos de altura, inclinação, rotação (pivot) e giro lateral; conectividade com, no mínimo, 1 porta HDMI, 1 porta DisplayPort e 1 porta VGA, para compatibilidade com diferentes equipamentos; hub USB com, no mínimo, 1 porta USB upstream e 3 portas USB downstream; itens inclusos: cabo de alimentação, cabo DisplayPort, cabo USB para conexão upstream e cabo HDMI. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	478639	Unidade	69	R\$ 2.426,98	R\$ 167.461,62
50	TABLET WIFI, 128GB, 8GB, TELA 10.9 90HZ - Módulo de memória RAM: 8 GB; Tamanho da tela: 10.9 "; Capacidade: 128 GB; Sistema operacional: Android 15; Resolução da tela de 2304px x 1440px; Leitor micro-SD; GPS; Memória interna expansível até 1.5 TB com fonte externa. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	613323	Unidade	120	R\$ 2.722,97	R\$ 326.756,40
51	ROTEADOR WIRELESS - Função: Roteador, Repetidor, Access point, InMesh; Frequências: 2.4 GHz, 5 GHz; Velocidade wireless: 145.875 MB/s; Tipo de frequência: Banda dupla; Tipos de conexões: Com fio/sem fio; Quantidade de antenas internas: 4; Quantidade de antenas externas: 4; Quantidade total de portas: 4; Quantidade de portas LAN: 3; Quantidade de portas WAN: 1. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	614914	Unidade	25	R\$ 616,79	R\$ 15.419,75

52	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA COM TANQUE DE TINTA E CONECTIVIDADE SEM FIO - Impressora multifuncional colorida, com tanque de tinta recarregável integrado, tecnologia de impressão jato de tinta térmico ou piezoelétrico, com funções de impressão, cópia e digitalização com Alimentador Automático de Documentos (ADF), velocidade mínima de 33 ppm em preto e branco e 15 ppm em cores, em modo rascunho ou similar; rendimento estimado de até 7.500 páginas em preto e 6.000 páginas coloridas por conjunto completo de tintas; conectividade Wi-Fi, Wi-Fi Direct e USB; no mínimo 1 bandeja de entrada de papel e 1 bandeja de saída; display LCD integrado; eficiência energética mínima classe A; voltagem bivolt automático ou com chave seletora; compatibilidade com Windows, Linux e macOS. Deverão acompanhar o produto: cabo de alimentação, guia de instalação e kit inicial de tintas. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores, desde que compatíveis com as necessidades da Administração.</p>	473179	Unidade	91	R\$ 4.902,81	R\$ 446.155,71
53	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA COM TANQUE DE TINTA - Impressora multifuncional monocromática, com tanque de tinta recarregável integrado, tecnologia de impressão jato de tinta térmico ou piezoelétrico, com as seguintes características mínimas: Funções: Impressão, Cópia, Digitalização e Fax com Alimentador Automático de Documentos (ADF); Velocidade de impressão: Mínimo de 39 páginas por minuto (ppm). Conectividade: Wi-Fi, Wi-Fi Direct, entrada USB; Bandejas: Mínimo de 2 bandejas (incluindo a bandeja de saída); Display: Tela LCD tátil; Eficiência energética: Classificação mínima "A"; Voltagem: Bivolt automático ou com chave seletora; Cor do equipamento: Preferencialmente branca ou neutra (sem limitação obrigatória); Tecnologia de impressão: Jato de tinta; ; Acessórios inclusos: 2 garrafas de tinta preta, Cabo de alimentação, Cabo USB e guia de instalação rápida; Compatibilidade: Compatível com os principais sistemas operacionais do mercado (Windows, Linux, macOS). Manual de instalação, CD-ROM com drivers, Cabo de alimentação, Cabo USB, 2 garrafas pretas de inicialização. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	473179	Unidade	55	R\$ 4.883,54	R\$ 268.594,70

54	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA - Descrição Técnica Mínima: Equipamento multifuncional a laser monocromático, indicado para ambientes de média a alta demanda de documentos, com as seguintes características mínimas: Funções integradas de impressão, digitalização e cópia, com possibilidade de integração futura de função de fax; Tecnologia de impressão: eletrofotográfica a laser; Resolução máxima de impressão: até 1200 x 1200 dpi; Resolução máxima de cópia: até 1200 x 600 dpi; Velocidade de impressão em preto: mínima de 40 ppm em formato A4; Tempo de saída da primeira página: até 8 segundos; Impressão frente e verso automática (duplex); Memória interna mínima: 512 MB; Processador: mínimo de 800 MHz de velocidade; Capacidade padrão de entrada de papel: mínimo de 250 folhas; Capacidade da bandeja multiuso: mínimo de 50 folhas; Suporte a bandejas opcionais adicionais: mínimo de duas bandejas com capacidade de 520 folhas cada; Interface de comunicação: portas Ethernet e USB de alta velocidade (Hi-Speed USB 2.0 ou superior); Compatibilidade mínima com sistemas operacionais: Windows (versões amplamente utilizadas no mercado); Recursos adicionais: acesso remoto, emissão de relatórios de atividades ou periódicos, cópias múltiplas. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	473179	Unidade	82	R\$ 4.532,00	R\$ 371.624,00
55	<p>NOBREAK 1800VA 8 tomadas - Potência: 2200VA; Voltagem: Bivolt; Tensão de Entrada: 115V / 220V (automático); Tensão de Saída: 115V ou 220V (selecionável manualmente via chave comutadora); Conexão de Entrada: 1 cabo de alimentação, 1 engate rápido para bateria(s) externa(s); Quantidade de Tomadas: 8 tomadas 10A - NBR 14136; Tensão DC: 24V / Bateria: 4 baterias internas de 12V 7Ah. Forma de onda: Senoidal por aproximação - retangular PWM. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	615876	Unidade	134	R\$ 1.674,60	R\$ 224.396,40
56	<p>SCANNER COLORIDO DE MESA DUPLEX AUTOMÁTICO - Tipo de scanner: Scanner de documentos colorido com base plana e alimentador de folhas múltiplas; Conectividade: USB; Resolução óptica: 1200dpi; Capacidade da bandeja de entrada: 50; Velocidade de digitalização: 25 ppm; Velocidade de digitalização na cor: 10 ppm; CONECTIVIDADE PADRÃO: - USB 3.0 de alta velocidade, módulo de rede opcional (RJ-45, 10BaseT/100BaseTX); ENERGIA: Voltagem: AC 100 - 240 V, Voltagem nominal: AC 100 - 240 V, Frequência nominal: 50-60HZ. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.</p>	204980	Unidade	21	R\$ 3.534,35	R\$ 74.221,35

57	GPS ESPORTIVO PORTÁTIL COM TELA DE 2,6" 4G E BLUETOOTH - Classificação de impermeabilidade: IPX7, • Tipo de visor: TFT colorido e transfletivo com 65.000 cores, • Tamanho do visor, LxA: 3,6 x 5,5 cm; 6,6 cm (diagonal), • Resolução do visor, LxA: 160 x 240 pixels, • Bateria: 2 baterias AA (não inclusas); recomendável NiMH ou lítio • Duração da bateria: 16 horas, • Memória/histórico: 4 GB, • Interface: High-speed mini USB e NMEA 0183 compatível. Serão aceitas propostas com especificações técnicas equivalentes ou superiores às exigidas, desde que comprovadamente compatíveis após análise técnica e aprovação da Administração.	603487	Und	1	R\$ 3.454,57	R\$ 3.454,57
VALOR TOTAL ITENS						R\$ 6.497.832,09
VALOR TOTAL GLOBAL					R\$ 7.269.876,59	

1.2. **Havendo qualquer divergência entre a especificação do CATMAT e a deste Edital, prevalecerá a especificação deste Edital.**

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Condição do fornecimento

4.1.1 Todos os bens deverão ser **novos, sem uso, originais de fábrica**, sem recondicionamento/remanufatura.

4.1.2 Entrega em **embalagem original**, com lacres, acessórios e componentes necessários ao pleno funcionamento.

4.2. Comprovação de atendimento

4.2.1 Apresentação de **catálogos, folders e/ou manuais técnicos** do fabricante (ou do produto ofertado), suficientes para comprovar o atendimento às especificações.

4.2.2 A Administração poderá solicitar **declaração do fabricante**, quando necessário, para comprovação de características críticas (compatibilidade, garantia, certificações etc.).

4.3. Garantia e suporte

4.3.1 Garantia mínima de 12 meses, conforme natureza do objeto/fabricante.

4.3.2 Durante a garantia: **correção de defeitos sem ônus**, incluindo peças, mão de obra e deslocamento, quando aplicável.

4.3.3 Disponibilidade de **assistência técnica autorizada** ou canal de suporte formal.

4.3.4 Disponibilização de **manuals** e orientações em **português** (ou, no mínimo, documentação técnica compreensível), quando aplicável.

- 4.3.5 Em caso de instalação: entrega de **relatório técnico**, evidências de testes e atesto de recebimento.
- 4.3.6 Atendimento às especificações de processador, memória, armazenamento, vídeo, rede, portas, monitor.
- 4.3.7 Quando for relevante: requisitos de **ergonomia, ajustes, taxa de atualização, resolução, painel, conexões e hub USB**.
- 4.3.8 Requisitos específicos LOTE I— Sistema de monitoramento (CFTV) com aquisição e instalação
- 4.4. Escopo mínimo do serviço**
- 4.4.1 **Levantamento técnico prévio** (vistoria) dos locais de instalação.
- 4.4.2 Fornecimento de todos os **materiais, acessórios e infraestrutura** necessários (suportes, conectores, caixas, canaletas/eletrodutos, cabos, fixações, etc.), conforme definido no TR.
- 4.4.3 **Instalação, configuração, testes, comissionamento** e entrega do sistema operacional.
- 4.5. Requisitos de compatibilidade e interoperabilidade**
- 4.5.1 Compatibilidade entre câmeras, gravador/NVR/DVR, rede e aplicativos.
- 4.5.2 Quando aplicável, suporte a padrões/protocolos de mercado para evitar aprisionamento tecnológico.
- 4.6. Requisitos de desempenho do sistema**
- 4.6.1 Definição objetiva de: resolução mínima, taxa de quadros, compressão (ex.: H.265), visão noturna/IR (se aplicável), detecção de movimento, acesso remoto, perfis de usuário.
- 4.6.2 Capacidade de armazenamento e política de retenção (dias/horas) conforme necessidade do órgão.
- 4.6.3 Estabilidade de gravação e reprodução simultânea conforme dimensionamento.
- 4.7. Segurança da informação**
- 4.7.1 Acesso por perfis (administrador/operador/visualização), senhas fortes, possibilidade de troca de credenciais padrão.
- 4.7.2 Registro de eventos/logs, quando suportado.
- 4.7.3 Orientações de hardening básico (ex.: desabilitar serviços não usados, manter firmware atualizado).
- 4.8. Critérios de qualidade da instalação**
- 4.8.1 Organização do cabeamento, identificação básica (quando aplicável), acabamento, fixações adequadas, proteção contra intempéries para áreas externas (quando houver).
- 4.8.2 Observância de normas de segurança do trabalho para execução (ex.: trabalho em altura e eletricidade, quando aplicável).
- 4.9. Treinamento e transferência de conhecimento**
- 4.9.1 Treinamento operacional para usuários indicados (ex.: exportar imagens, pesquisar eventos, backup, troca de senha, rotinas de verificação).
- 4.9.2 Entrega de **guia rápido** e documentação das configurações principais.
- 4.10. Aceite técnico do sistema**
- 4.10.1 O recebimento definitivo deverá ocorrer após:
- 4.10.2 Teste de todas as câmeras/pontos,
- 4.10.3 Verificação de gravação, reprodução e exportação,
- 4.10.4 Verificação de acesso remoto (se previsto),
- 4.10.5 Entrega do relatório final e credenciais conforme política do órgão.
- 4.11. Garantia e manutenção**
- 4.11.1 Garantia mínima para equipamentos e para o serviço de instalação.
- 4.11.2 Definição de SLA de atendimento durante a garantia (prazo de resposta e solução), quando o órgão considerar necessário.
- Subcontratação**
- 4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- Garantia da contratação**
- 4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões

constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço indicado na Ordem de fornecimento/serviço
- Garantia, manutenção e assistência técnica
- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará

tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para

efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1 o prazo de validade;

8.11.2 a data da emissão;

8.11.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5 o valor a pagar; e

8.11.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/02/2026 .

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos

financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado conforme a necessidade da Administração.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Itens ou serviços de natureza e complexidade similares à parcela pertinente;

9.30.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 7.269.876,59 (sete milhões, duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nº 057/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO (A) E

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRASILÉIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 04.508.933/0001 - 45, com sede na Avenida Prefeito Rolando Moreira, nº 198, Centro, município de Brasiléia / AC, neste ato, representada pelo seu Prefeito, o Sr. CARLOS ARMANDO DE SOUZA ALVES, CPF/MF sob nº 434.626.932-04, juntamente com a **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX**, representada por seu secretário, o Sr. XXXXX (Portaria Nº XXXXX/2025), doravante denominado **CONTRATANTES**, e a empresa **XXXXXXXX – CNPJ XXXXXXXX**, estabelecida a Rua XXXXXX – Bairro XXXXXX - CEP: XXXXXX - XXXXX-XXXX, Telefone: XXXXX - e-mail: [XXXXXX](#), representada neste ato pelo Sr. XXXXXXXXXXXX - Identidade nº XXXXX SSPXXX e do CPF nº XXXXXXXX, doravante designado **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 039/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 014/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para Aquisição de equipamentos de informática, tecnologia e comunicação, conforme especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, visando atender às necessidades das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Brasiléia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- 12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3. Das indenizações e multas.
- 12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente

público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Brasília, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRASILÉIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 04.508.933/0001 - 45, com sede na Avenida Prefeito Rolando Moreira, nº 198, Centro, município de Brasiléia / AC, neste ato, representada pelo seu Prefeito, o Sr. CARLOS ARMANDO DE SOUZA ALVES, CPF/MF sob nº 434.626.932-04, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2025, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de equipamentos de informática, tecnologia e comunicação, conforme especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, visando atender às necessidades das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Brasiléia, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Gabinete.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, as Secretarias Municipais pertencentes à Prefeitura Municipal de Brasília.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida,

desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade

de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados,

não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

--	--	--	--	--	--	--	--	--

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

03.110001041.00003/2026-45 0000051323v1